

# EM LUTA CONTRA QUALQUER RETROCESSO

**V**ejam, aqui, o que significa o programa do PMDB – agora no governo, por vias transversas –, denominado de “Ponte para o Futuro”.

O Brasil está em perigo. Todas as conquistas sociais – obtidas ao longo de luta, suor, sangue e lágrimas –, são impiedosamente atacadas pelo governo provisório, que deseja ser permanente, para liquidá-las e destinar os recursos públicos – fundamentais para a garantia delas –, aos banqueiros, demais especuladores e aos apaniguados; nada ou, no máximo, pouco para a educação, saúde, previdência e assistência social, justiça e segurança.

## ROBIN HOOD ÀS AVESSAS

O governo de imposição de Michel Temer e dos grupos que deram o golpe para fazê-lo Presidente, em um só voto, é uma nova versão de Robin Hood, só que às avessas, pois que ao contrário do lendário herói, tira da sociedade, sobretudo dos menos favorecidos, para dar aos ricos.

## AO INVÉS DA DEMOCRACIA, PLUTOCRACIA (GOVERNO DE RICOS)

Apesar de formalmente manter o regime democrático, o governo de Temer tem como alvo dar o máximo aos ricos – tirando dos pobres, é claro. Por isso, deve ser chamado de plutocracia e não de democracia.

## POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO E SAÚDE, NA CONTRAMÃO DO PROGRESSO SOCIAL E DA ORDEM DEMOCRÁTICA

A Constituição Federal (CF) determina, em seu Art. 6º, que a educação e a saúde são os dois primeiros e principais direitos fundamentais sociais.

## EDUCAÇÃO

No Art. 212, garante, como percentual mínimo de investimento, 18% das receitas de impostos pela União, e 25% pelos estados e os municípios.

No Art. 214, manda vincular os investimentos na educação ao Produto Interno Bruto (PIB). Com base nesse mandamento constitucional, a Lei N. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelece que o percentual do PIB destinado à educação, a partir de 2020, obrigatoriamente, tem de ser, no mínimo, 10%.

Pois bem. Renegando essas garantias constitucionais obrigatórias, o governo Temer quer congelar os investimentos atuais – que não passam de 6% (seis por cento) –, corrigidos, anualmente, apenas pela inflação. Ou seja, pouco importa o crescimento populacional, a demanda por mais escolas, a qualidade social da educação, o crescimento do PIB e das receitas de impostos, as verbas para a educação permanecerão inalteradas. Isto é um colossal crime social, pois quanto maior for a população e as suas demandas sociais, menores serão os seus investimentos, que a cada dia ficarão mais distantes delas.